O EFEITO DEVOLUTIVO E OUTROS EFEITOS

Clarissa Diniz Guedes

Doutora em Direito Processual pela Universidade de São Paulo - USP, Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professora Assistente de Direito Processual na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

RESUMO: Com este trabalho, busca-se analisar a utilidade de se adotar uma classificação dos efeitos recursais que inclua, ao lado dos efeitos suspensivo e devolutivo, a categoria do “efeito translativo”, definido como o efeito que possibilita a transferência das questões de ordem pública para o conhecimento do juízo recursal. A partir da análise das lições de Machado Guimarães e Angelo Bonsignori, buscar-se-á resgatar o sentido original do efeito devolutivo, bem como alguns dos diversos significados adotados no decorrer da história. Com base nos fundamentos históricos e de direito comparado extraídos dos textos examinados, será respondida a indagação acerca dos princípios que regem o efeito devolutivo. À luz desses princípios, concluir-se-á sobre a utilidade ou inutilidade, bem como sobre as possíveis implicações de se atribuir natureza de efeito autônomo à transferência das questões de ordem pública.

PALAVRAS-CHAVE: efeitos recursais, efeito devolutivo, efeito translativo, princípios processuais, efeito autônomo.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the utility of adopting a classification of the appellation effects that includes, alongside the suspensive effect and devolutive effect, the category of “translative” effect, defined as the effect which enables the transfer of public order issues to the knowledge of the appellate court. From the analysis of Machado Guimarães and Angelo Bonsignori this paper will retrieve the original sense of devolutive effect, as well as some of the various meanings adopted throughout history. Based on historical and comparative law fundamentals extracted from the texts examined, will be

answered the question about the principles that govern the devolutive effect. In the light of these principles, we will be able to conclude on the usefulness or uselessness, as well as the possible implications of attributing the nature of autonomous effect to the transfer of public order issues.

KEYWORDS: appellation effects, devolutive effect, translative effect, procedural principles, autonomous effect.

1 Classificações dos efeitos recursais: os desmembramentos do efeito devolutivo

São múltiplas as classificações dos efeitos recursais. Rigorosamente, consideram-se efeitos recursais as consequências da interposição do recurso sobre o pronunciamento impugnado e sobre o desenvolvimento do processo.¹

Araken de Assis anota, com razão, a ausência de clareza sobre a matéria no âmbito doutrinário e na disciplina legislativa, que conduzem ao enquadramento, como efeitos recursais, de fenômenos estranhos ao plano da eficácia, bem como outros que, “embora efeitos no sentido próprio do termo, e discerníveis nos trâmites recursais, mostram-se inidôneos à configuração de um tronco independente”.² Entende este autor que, apesar da dificuldade de se alcançar um posicionamento harmonioso sobre o tema, há uma exigência mínima a ser observada, único aspecto que se sobrepõe à intuição e ao arbítrio do classificador: a coerência intrínseca do arranjo proposto.

Evita-se, assim, tanto o reducionismo, quando o tautologismo – vícios reprováveis em qualquer esquema. E, no entanto, as classificações visam à melhor compreensão dos fenômenos examinados. A sistematização indiferente a tal aspecto torna-se inócua e sem relevância prática.³

¹ Concordam parcialmente com a assertiva: ASSIS, Araken de. **Manual dos Recursos**. 2ª ed.. São Paulo: RT, 2008, p. 216; NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria Geral dos Recursos**. 6ª ed.. São Paulo: RT, 2004, n. 26, p. 140.

² Araken de Assis (*Op. cit.*, pp. 216-217), menciona, entre os efeitos que não merecem ser considerados autônomos, porque decorrem de outro, o expansivo (ou extensivo) e o translativo. Já Flávio Cheim Jorge (**Teoria geral dos recursos cíveis**. Forense: Rio de Janeiro, 2003, p. 245 e s.) considera que o único efeito recursal em sentido estrito seria o devolutivo.

³ ASSIS, Araken de. *Op. cit.*, pp. 218.

Afigura-se essencial, antes de tudo, distinguir, com Renzo Provinciali, os efeitos inerentes ao exercício de quaisquer faculdades processuais decorrentes dos direitos de agir ou excepcionar – nas quais estão incluídos os recursos –, denominados efeitos *genéricos*, daquelas consequências que se ligam direta e especificamente aos recursos, consideradas efeitos recursais *específicos*.⁴ Somente estes últimos efeitos, por serem consequências próprias e peculiares às impugnações de decisões judiciais que incidem sobre o provimento recorrido,⁵ devem ser entendidos como efeitos dos recursos.

Sob essa perspectiva, exclui-se da classificação dos “efeitos recursais” o chamado efeito de “prolongamento da litispendência”, por vezes denominado efeito “obstativo”, “impeditivo”, “preventivo” ou simplesmente “efeito de adiamento” da coisa julgada ou da “preclusão”.⁶ A despeito de ser mencionado por parcela considerável da

⁴ PROVINCIALI, Renzo. *Sistema delle impugnazioni civili secondo la nuova legislazione. Parte generale*. Padova: Cedam, 1948, pp. 290-291, § 50.

⁵ No ordenamento brasileiro, para serem consideradas recursos, as impugnações devem ter lugar dentro do mesmo processo em que proferida a decisão impugnada. É dizer: a natureza recursal de um remédio direcionado à reforma ou invalidação de decisão judicial pressupõe a ausência de trânsito em julgado do provimento impugnado. *Cf.* nesse sentido, a definição de José Carlos Barbosa Moreira, amplamente utilizada pela doutrina: “pode-se conceituar *recurso*, no direito processual civil brasileiro, como o remédio voluntário, idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial que se impugna” (**Comentários ao Código de Processo Civil**. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2005, v.5, p. 233).

⁶ Sobre a questão terminológica, Cândido Rangel Dinamarco alude ao “efeito direto e imediato de prevenir a preclusão temporal”, e explica que, antes do juízo de admissibilidade recursal, não há como saber se o recurso obstará ou adiará a preclusão. De fato, se o recurso for conhecido, a decisão recorrida jamais precluirá, porque será substituída pelo juízo de mérito (art. 512 do CPC); se não for, a preclusão apenas terá sido adiada (Efeitos dos recursos. In: **A nova era do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 120). Quanto a preferir fazer referência a “preclusão”, e não necessariamente ao “trânsito em julgado”, justifica Dinamarco ao argumento de que este ocorrerá apenas quando a decisão recorrida for uma *sentença, acórdão* ou *decisão monocrática* que tenham julgado definitivamente a causa. Embora se concorde que o termo “preclusão”, por ser mais abrangente, é preferível à “prevenção do trânsito em julgado”, há que se ressaltar a assertiva de que apenas as *sentenças, acórdãos ou decisões monocráticas finais* dão origem ao trânsito em julgado, pois também algumas decisões interlocutórias são suscetíveis de transitar em julgado e produzir coisa julgada (*cf.*, neste sentido: STJ, 3ª T., Rel. Min. Nancy Andrighi, REsp 1057808/PR, j. 25.8.2009, *DJe* 9.9.2009).

Quanto à denominação “prolongamento da litispendência”, explica Dinamarco que este apenas ocorrerá quando o ato recorrido for uma sentença (*op. cit.*, pp. 122-123). Ressalte-se, porém, que, para uma corrente doutrinário-jurisprudencial minoritária, a afirmação não se aplica à totalidade dos casos – há quem entenda que o recurso de agravo de instrumento contra decisão interlocutória tem o condão de prolongar a litispendência ainda que, proferida a sentença, o agravante não tenha dela recorrido, desde que subsista o interesse recursal (*cf.*, sobre o tema: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Os agravos no CPC brasileiro**. 4ª ed.. São Paulo: RT, 2006, n. 11.1, pp. 576 e s., em que a autora discorre sobre os argumentos utilizados pelos defensores desta tese, nada obstante a ela se posicione contrariamente; favoravelmente ao prolongamento da litispendência pelo agravo de instrumento, após sentença irrecorrida: ALVES, Francisco Glauber Pessoa. Agravo de Instrumento Julgado depois de proferida sentença não tendo sido conhecida a apelação. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 95, jul./set. 1999, p. 255 e s.). Ainda assim, é possível afirmar que o prolongamento da litispendência decorre, regra geral, dos recursos interpostos contra a decisão final da causa. Logo, não poderia ser considerado um efeito que se aplica a *todos* os recursos.

doutrina como efeito recursal, ao lado dos efeitos devolutivo e suspensivo, não se trata de efeito que concerne especificamente aos recursos.⁷

Deste modo, embora a prevenção da coisa julgada ou da preclusão sejam fatos relevantes, por exemplo, para efeitos de contagem do prazo para propositura de ação rescisória,⁸ não podem ser considerados relevantes para efeitos de serem incluídos numa classificação referente às consequências *específicas* dos recursos.

Há também quem acresça aos efeitos devolutivo, suspensivo e “impeditivo”, os efeitos “expansivo” ou “extensivo”⁹ e “substitutivo”.

Na ótica de Barbosa Moreira e Araken de Assis, o efeito “expansivo” não configuraria uma categoria autônoma, por tratar-se de desmembramento do efeito devolutivo.¹⁰

Argumenta-se que, sendo o “efeito extensivo” o “fenômeno pelo qual, em certos casos, o recurso interposto por um litisconsorte aproveita aos restantes (...) antes que

⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Op. cit.*, p. 257. GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 3ª ed.. São Paulo: RT, 2001, p. 49.

⁸ Confirma-se o Enunciado 401 da Súmula do STJ: “O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial.” O verbete é motivado pela necessidade prática de se estabelecer o momento exato do *iter procedimental* a ser considerado como termo *a quo* do prazo para ajuizamento de rescisória. Alguns julgados que precederam à edição da Súmula 401 fazem menção à indivisibilidade da sentença e da coisa julgada para justificar o início do prazo no momento do trânsito em julgado do último pronunciamento judicial. Nesse sentido: “A coisa julgada material é a qualidade conferida por lei à sentença/acórdão que resolve todas as questões suscitadas pondo fim ao processo, extinguindo, pois, a lide. Sendo a ação una e indivisível, não há que se falar em fracionamento da sentença/acórdão, o que afasta a possibilidade do seu trânsito em julgado parcial. Consoante o disposto no art. 495 do CPC, o direito de propor a ação rescisória se extingue após o decurso de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa.” (STJ, 2ª T., Rel. Francisco Peçanha Martins, REsp 404777/DF, j. 21.11.2002, DJ 9.6.2003, p. 214). Cuida-se, porém, de entendimento que contraria a orientação dominante no Supremo Tribunal Federal acerca da possibilidade de formação gradual da coisa julgada, conforme decidido no julgado a seguir: “Sob pena de ofensa à garantia constitucional da coisa julgada, não pode tribunal eleitoral, sob invocação do chamado efeito translativo do recurso, no âmbito de cognição do que foi interposto apenas pelo prefeito, cujo diploma foi cassado, por captação ilegal de sufrágio, cassar de ofício o diploma do vice-prefeito absolvido por capítulo decisório da sentença que, não impugnado por ninguém, transitou em julgado.” (STF, Tribunal Pleno, AC 112/RN, Rel. Min. Cezar Peluso, j. 1.12.2004, DJ 4.2.2005). Em sede doutrinária, a coisa julgada *parcial* é frequentemente invocada para sustentar-se a imutabilidade e indiscutibilidade da parte /capítulo de sentença independente que não tenha sido objeto de recurso (*cf.*, sobre o tema, as remissões feitas no item 3.3 deste trabalho).

⁹ A referência ao efeito extensivo ou expansivo é corrente no direito italiano. Nesse sentido, explica Barbosa Moreira (*op. cit.*, n. 143, p. 257, nota de rodapé 37: “O tema ocorria com maior frequência entre os processualistas penais italianos, a propósito dos arts. 203 e 204 do Código de 1930, onde a própria rubrica legal adotava a expressão (hoje, o art. 587 do Código de 1988 alude à *estensione dell’impugnazione*).” Acresça-se que o *code di procedura civile* vigente dispõe, no art. 336, intitulado “*Effetti della riforma o della cassazione*”: “*La riforma o la cassazione parziale ha effetto anche sulle parti della sentenza dipendenti dalla parte riformata o cassata. La riforma o la cassazione estende i suoi effetti ai provvedimenti e agli atti dipendenti dalla sentenza riformata o cassata.*”

¹⁰ MOREIRA, José Carlos Barbosa. n. 143. *Op. cit.*, p. 257; ASSIS, Araken de. *Op. cit.*, pp. 218-219.

de um *efeito, per se*, parece mais adequado falar de *extensão subjetiva* dos efeitos propriamente ditos”.¹¹

Mencione-se, ainda, que, além do aproveitamento do resultado pelos litisconsortes que não recorreram (“efeito extensivo subjetivo”), a doutrina cogita do “efeito extensivo objetivo”, que diz respeito às consequências do provimento do recurso sobre outros atos processuais ou sobre outras partes da decisão recorrida que não tenham sido objeto de impugnação. Neste particular, não há como afastar a explicação de que a “expansão” das consequências da interposição do recurso a capítulos distintos – que não tenham sido *diretamente* impugnados – do ato decisório recorrido, subordinados à parte que foi objeto de impugnação, decorre, simplesmente, da extensão do efeito devolutivo.¹²

O “efeito substitutivo” é também consequência do efeito devolutivo, e não propriamente dos recursos, porquanto “a substituição da decisão recorrida pela decisão do recurso não é uma consequência natural de seu conteúdo, mas tão somente uma repercussão indissociável do efeito devolutivo, o qual permite o reexame e, conseqüentemente, a sobreposição de uma decisão sobre a outra”.¹³

Voltar-se-á ao ponto, oportunamente, quando da abordagem das implicações do efeito devolutivo.

Outra classificação inclui a referência ao “efeito diferido”. Conforme Alcides de Mendonça Lima, este incide quando o julgamento de um recurso encontra-se subordinado à interposição e conhecimento de outro recurso.¹⁴ É o que ocorre com o agravo retido, previsto no art. 523, *caput*, do CPC vigente. Nesse caso, tanto a remessa do agravo retido ao órgão competente para julgamento, como, também, a própria admissibilidade, ficam sujeitos à interposição e conhecimento da apelação, que

¹¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. n. 143. *Op. cit.*, p. 257.

¹² Há exemplos de “efeito expansivo” (art. 336 do *codice di procedura civile*) no direito italiano. Hipótese peculiar de efeito expansivo diz respeito à aplicabilidade do art. 336 do Código italiano a decisões prolatadas em procedimentos diversos, mas dependentes entre si (prejudicialidade externa). A jurisprudência italiana, com apoio em Liebman, Andrioli e Satta-Punzi, tem decidido que nas hipóteses em que seja impugnada apenas uma sentença não definitiva, sem que se recorra daquela definitiva, e constituindo uma delas pressuposto lógico ou jurídico da outra, os efeitos prejudiciais determinados pela reforma ou cassação da sentença não definitiva se produzirão sobre aquela definitiva, sem que se considere que sobre esta teria se verificado a coisa julgada formal, pois se trata de coisa julgada apenas aparente, porquanto necessariamente condicionada à pendência de recurso contra a sentença não definitiva que é antecedente lógico ou jurídico (PICARDI, Nicola (a cura di). *Le fonti del diritto italiano i testi fondamentali commentati con la dottrina e annotati con la giurisprudenza. Codice di Procedura Civile*. Milano: Giuffrè, 2010, p. 986, com remissões à doutrina e jurisprudência italianas).

¹³ JORGE, Flávio Cheim. *Op. cit.*, p. 252.

¹⁴ LIMA, Alcides de Mendonça. **Introdução aos recursos cíveis**, n. 187, p. 288-289; *Idem*, **Recursos cíveis: Sistema de normas gerais**. Rio de Janeiro – São Paulo: Freitas Bastos, 1963, p. 255.

determinam a remessa dos autos para o juízo recursal. Na realidade, o que ocorre é que os *efeitos* do recurso de agravo retido ficam diferidos no tempo, aguardando a oportuna interposição da apelação. Não se trata o “efeito diferido” de um efeito autônomo, senão que de uma exigência procedimental para que os recursos produzam seus efeitos próprios.

Resta, então, a classificação adotada majoritariamente pela doutrina, alusiva à dicotomia dos efeitos suspensivo e devolutivo.

Quanto ao primeiro, trata-se do efeito de impedir a eficácia imediata da decisão. Diz Barbosa Moreira que

A expressão ‘efeito suspensivo’ é, de certo modo, equívoca, porque se presta a fazer supor que só com a interposição do recurso *passem* a ficar tolhidos os efeitos da decisão, como se *até esse momento* estivessem eles a manifestar-se normalmente. Na realidade, o contrário é que se verifica: mesmo antes de interposto o recurso, a decisão, pelo simples fato de estar-lhe sujeita, é ato *ainda* ineficaz, e a interposição apenas *prolonga* semelhante *ineficácia*, que *cessaria* se não se interpusse recurso. Cabe ressaltar que, em determinadas hipóteses (v.g., art. 558), o óbice à eficácia da decisão recorrida não nasce da previsão legal de recurso normalmente dotado de efeito suspensivo, mas de ato judicial que, no caso concreto, diante de tais ou quais circunstâncias, suspende aquela eficácia.¹⁵

Raciocínio idêntico foi adotado por Pontes de Miranda, que se referia ao efeito suspensivo como um efeito que decorre “mais da recorribilidade do que do recurso”.¹⁶ Essa observação, lembrada por muitos,¹⁷ não afasta a conclusão de que a suspensividade é efeito do recurso *em sentido amplo*, independentemente das subclassificações que se distinguem

¹⁵ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Op. cit.*, n. 143, p. 258.

¹⁶ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1975, tomo 7, p. 11.

¹⁷ FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 959. Flávio Cheim Jorge diz que este efeito está mais diretamente relacionado à ineficácia da decisão, decorrente de previsão legislativa (**Teoria geral dos recursos cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 2003, pp. 249-250. Em sentido análogo, Ovídio Baptista da Silva (**Curso de processo civil**. Processo de Conhecimento. 7ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2005, v. 1, p. 403.

os efeitos da *recorribilidade* ou da *pendência de recurso*, da *interposição*, da *remessa* e do *juízo* do recurso.¹⁸

O efeito devolutivo, que é o mais característico dos efeitos recursais, pode ser provisoriamente definido como o “efeito do recurso consistente em transferir ao órgão *ad quem* o conhecimento da matéria julgada em grau inferior de jurisdição”. Cuida-se do conceito fornecido por José Carlos Barbosa Moreira, ao qual acresce a seguinte observação, atinente às peculiaridades da lei processual vigente no ordenamento pátrio:

De lege lata, há devolução sempre que se transfere ao órgão *ad quem* algo do que fora submetido ao órgão *a quo* – algo, repita-se; não necessariamente *tudo*. Inexiste, portanto, recurso totalmente desprovido de efeito devolutivo, com ressalva dos casos em que o julgamento caiba ao mesmo órgão que proferiu a decisão recorrida. O que pode acontecer, conforme se assinalará nos momentos oportunos, é que variem, de um para outro recurso, a *extensão* e a *profundidade* do aludido efeito. Aquela – desde já convém observar – nunca ultrapassará os lindes da própria impugnação: no recurso *parcial* (...), a parte não impugnada pelo recorrente escapa ao conhecimento do órgão superior, salvo se por outra razão (como nos casos do art. 475) este se houver de pronunciar a propósito.¹⁹

Cuida-se da noção *ampla* de efeito devolutivo, que remonta à sua origem, concomitante ao surgimento da apelação romana, e que, pelas razões que serão expostas, permanecem vivas e não devem ser olvidadas.

Há quem, ao argumento de amparar-se nas disposições legais (art. 515, *caput*, do CPC),²⁰ limite o efeito devolutivo às questões que tenham sido objeto de impugnação

¹⁸ Assim, por exemplo, a doutrina portuguesa, parcialmente seguida por Araken de Assis (*op. cit.*, pp. 219-220) distingue os efeitos recursais conforme o estágio em que se encontre o recurso. Refere-se aos efeitos (a) da pendency do recurso: o impedimento à formação da coisa julgada e o prolongamento da litispendência; (b) da interposição: o devolutivo e o suspensivo, já explicados; (c) da expedição do recurso: o efeito suspensivo da marcha do processo em primeiro grau – explica-se, dessa forma, a menção ao fato de o agravo não obstar ‘o andamento do processo’, constante da segunda parte do art. 497 – e o efeito não suspensivo a tal prosseguimento; e (d) do julgamento do recurso: a substituição do ato impugnado pelo pronunciamento do tribunal, confirmando, reformando ou anulando o ato decisório proferido no órgão *a quo*. *Cf.*, a propósito, MENDES, Armindo Ribeiro. **Os recursos no Código de Processo Civil revisto**. Lisboa: Lex, 1998, n. 16, pp. 56-57.

¹⁹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Op. cit.*, pp. 259-261.

²⁰ Em sentido análogo, o art. 1.026 do Projeto de Novo CPC - PL 8.046/2010, na versão do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2013.

pelo recorrente, reservando, para as demais questões, que porventura venham a ser enfrentadas pelo órgão *ad quem*, um efeito autônomo, denominado “translativo”.

(...) O efeito translativo serviria para distinguir a devolução operada por força da impugnação do legitimado, assentada no princípio devolutivo, e a ocorrida independentemente da impugnação, abrangendo matérias de ordem pública, e decorrente do princípio inquisitório.²¹

Aqueles que defendem a autonomia do efeito translativo invocam-na sob o argumento de que este efeito se opõe ao devolutivo, porque amparado no princípio inquisitivo, enquanto este encontraria respaldo no dispositivo.

Assim, Nery Jr. entende que “O poder dado pela lei ao juiz para, na instância recursal, examinar de ofício as questões de ordem pública não arguidas pelas partes não se insere no conceito de efeito devolutivo em sentido estrito, já que isso se dá pela atuação do princípio *inquisitório* e não pela sua antítese, que é o princípio dispositivo, de que é corolário o efeito devolutivo dos recursos”.

Para este autor, o efeito devolutivo pressupõe “ato comissivo de interposição do recurso, não podendo ser caracterizado quando há omissão da parte ou interessado sobre determinada questão não referida nas razões ou contrarrazões do recurso”.²²

Será objeto de análise, mais adiante, a questão da necessidade ou desnecessidade de distinguir um efeito próprio para justificar a transferência de questões não impugnadas mediante recurso. Antes disso, proceder-se-á ao resgate conceitual do termo “efeito devolutivo”, no sentido original e naquele adotado por alguns ordenamentos no decorrer da história, para, na sequência, analisar em que medida merecem ser preservadas as conceituações históricas e provenientes do direito estrangeiro.

Em seguida, serão examinadas, com o mesmo propósito, as possíveis implicações de se atribuir natureza de efeito autônomo à transferência das questões de ordem pública.

²¹ ASSIS, Araken de. *Op. cit.*, pp. 216-217, amparado na concepção de Nelson Nery Jr. (**Teoria Geral dos Recursos**. 6ª ed.. São Paulo: RT, 2004, p. 482), da qual diverge, por considerar “mais natural” compreender o conhecimento e o julgamento das questões de ordem pública como uma “consequência intrínseca ao efeito devolutivo, relativa à sua profundidade”.

²² NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria Geral dos Recursos**. 6ª ed.. São Paulo: RT, 2004, p. 484.

2 Conceito de efeito devolutivo e princípios regentes

A partir de uma observação histórico-comparativa sobre o efeito devolutivo, José Carlos Barbosa Moreira revela serem variados os limites deste efeito em diversos ordenamentos e épocas:

Entre nós, sob o direito anterior, não era pacífica a conceituação do efeito devolutivo: enquanto a minoria dos escritos o reconhecia, com maior ou menor amplitude, sempre que alguma questão, seja qual for a sua natureza, se submete ao crivo de novo julgamento, havia quem preferisse limitá-lo às hipóteses de reapreciação da causa, ou, antes, do mérito, no todo ou em parte, mas sem restrição de profundidade. Percebe-se a afinidade entre essa segunda concepção e a sustentada por certos autores italianos, em cujo entendimento se deve excluir do âmbito do efeitos devolutivo aquilo que as partes, de maneira voluntária e expressa, levam à revisão do juízo superior, e confinar-lhe a atuação às questões que este, *automaticamente* – isto é, independentemente de tal iniciativa –, fica investido do poder de reapreciar, ao julgar o recurso. O mecanismo do efeito devolutivo só seria necessário para explicar a atividade cognitiva em nível mais alto com referência à matéria que *não* seja objeto de suscitação especificada pelos litigantes.²³

O trecho supracitado é amparado em texto clássico da doutrina italiana sobre o efeito devolutivo²⁴ e, particularmente quanto aos aspectos do direito processual pátrio, remete às lições de Luiz Machado Guimarães.²⁵ De ambos pode-se extrair a ausência de vinculação *necessária* entre o efeito devolutivo e a definição do objeto do recurso pelas partes.

Bonsignori afirma textualmente a existência de um efeito devolutivo concreto e específico, exercício automático, pelo juízo de segundo grau, do poder-dever de examinar os fundamentos e razões em que se baseiam a demanda e as exceções já deduzidas em

²³ *Op. cit.*, pp. 259-260.

²⁴ BONSIGNORI, Angelo. *L'effetto devolutivo dell'appello*. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*. Milão: Giuffrè, 1974, v. 38, pp. 1326-1370.

²⁵ GUIMARÃES, Luiz Machado. Efeito devolutivo da apelação. In: *Estudos de direito processual civil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Jurídica e Universitária LTDA., 1963.

primeira instância, independentemente de uma expressa “repropositura” pelas partes. Esse efeito devolutivo – que, segundo o autor, teria sido limitado pelo *codice di procedura civile* de 1940 – conecta-se a dois aspectos do recurso de apelação: o *beneficium commune*, que consiste na possibilidade de o recurso favorecer tanto a parte recorrente como a parte recorrida, e a denominada *apelatio generalis*, possibilidade de interposição genérica e imotivada da apelação.²⁶ A concepção do jurista italiano é interessante porque vai na contramão do entendimento de alguns juristas brasileiros, que excluem do efeito devolutivo qualquer influência do princípio inquisitivo.

Ademais, as considerações de José Carlos Barbosa Moreira, reproduzidas no início deste tópico, conduzem a questionamentos concernentes ao efeito devolutivo na atualidade, tais como: a natureza das questões sobre as quais incide este efeito (se apenas as questões atinentes à decisão final da causa ou se também a matéria decidida incidentalmente no processo); a amplitude da devolução, relativamente à matéria a ser analisada pelo órgão recursal.

O primeiro questionamento afigura-se de simples solução.

A restrição do efeito devolutivo ao julgamento final da causa, que como regra geral é alvo do recurso de apelação, remonta à própria origem romana deste efeito, num momento em que vigia a regra da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.²⁷ Diante disso, parece correto entender que, à proporção em que os ordenamentos admitam a interposição de recursos contra as decisões interlocutórias, há uma propensão ao entendimento de que o efeito devolutivo abrange também as questões incidentalmente decididas no processo.

²⁶ BONSIGNORI, Angelo. *Op. cit.*, pp. 1326-1327.

²⁷ A regra geral de vedação da apelação contra as *interlocutiones* foi estabelecida em Constituições do Baixo Império que datam de 364 e 378 d.C. (Código Theodosiano 11.36.16; 11.36.18 e 11.36.23). O Código Theodosiano (11.36.1) registra ressalva aos casos de dano irreparável, quando também as interlocutórias eram passíveis de impugnação pela *appellatio*, em Constituição do tempo de Constantino. (COSTA, Moacyr Lobo da. A origem do agravo no direito lusitano. In: AZEVEDO, Luiz Carlos de. COSTA, Moacyr Lobo da. **Estudos de história do processo: Recursos**. São Paulo: FIEO, 1996, p. 135). O direito romano clássico estabeleceu definitivamente a irrecorribilidade das interlocutórias como regra geral. Não havia recurso especificamente destinado à impugnação das *interlocutiones* de primeiro grau e o uso da apelação era permitido apenas excepcionalmente para este fim. A *inapelabilidade* das interlocutórias foi categoricamente imposta por Justiniano (Cód. Justinianeu 7.62.36), sob a justificativa de que não se poderia experimentar dano das interlocutórias, já que ao tempo da apelação poderiam ser expostas as razões em que se fundassem a pretensão de obter algum direito, tais como a produção de prova testemunhal e a apresentação de documentos. A proibição era justificada ante a necessidade de se impedir o prolongamento indefinido dos pleitos. Assim, quando fosse denegado algum direito por decisão interlocutória, o juiz determinaria que se consignasse por escrito para que a parte prejudicada pudesse suscitar a questão na apelação contra a sentença final.

Ademais, se em épocas remotas a preocupação dos juristas referia-se predominantemente às questões de direito substancial, a evolução do processo acarretou o incremento das situações em que se consideram lesivas as decisões que suprimem direitos de cunho processual, referindo-se, apenas indiretamente, a direitos materiais. Dentre estas, podem se citar as decisões relativas à concessão de medidas cautelares e à admissão da produção de provas ilícitas com prejuízo a direitos fundamentais. Apesar de, regra geral, não se referirem ao mérito, a realçada importância destas questões determina a transferência da matéria ao órgão *ad quem*, pela via do agravo.

Por outro lado, há decisões interlocutórias que podem implicar violações diretas a direitos materiais, como ocorre no processo de execução e na fase de cumprimento de sentença.

Também as sentenças terminativas, apesar de não solucionarem o mérito da causa, ganham especial relevo, seja pelo *status* constitucional do direito de ação (art. 5º, XXXV), seja pela autonomia do processo, traduzida na doutrina das condições da ação e dos pressupostos processuais. As antigas “decisões interlocutórias com força de definitivas”, que não dizem respeito ao mérito, suscitam controvérsias jurídicas de destaque.

Além disso, deve-se consignar que, no ordenamento brasileiro vigente, é possível a prolação de decisões interlocutórias cujo conteúdo refira-se às sentenças de mérito (assim, por exemplo, o indeferimento liminar da reconvenção, amparado na decretação de decadência), fato que atrai a incidência do efeito devolutivo quanto ao “mérito da causa”.

Desse modo, por mais que se concorde que, no estágio atual do processo, deva-se diminuir a quantidade de recursos contra as interlocutórias – o que, aliás, foi objeto de reformas recentes no Código de Processo Civil vigente²⁸ e é alvo da proposta legislativa referente ao Projeto de Novo Código de Processo Civil (Projeto de Lei no Senado nº

²⁸ A propósito, as modificações implementadas pela Lei 10.352/2001, que inverteram – na prática – a regra geral até então vigente do cabimento do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias, mediante previsão da possibilidade de o relator convertê-lo em agravo retido na quase totalidade dos casos. Na sequência, a Lei 11.187/2005 estipulou obrigatoriedade de tal conversão em todos os casos em que a decisão agravada não fosse suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida. Estabeleceu, também, a irrecorribilidade da decisão do relator que convertesse em retido o agravo de instrumento (*cf.* a redação atribuída ao art. 527, II e parágrafo único do CPC vigente).

166/2010, em trâmite na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 8.046/2010)²⁹ –, não se pode negar que a necessidade de reexame do conteúdo de diversas decisões desta natureza conduz à ilação de que também incide o efeito devolutivo sobre tais pronunciamentos.

Sob essa ótica, a concepção do efeito devolutivo como aquele que incide apenas sobre as sentenças de mérito merece registro somente para efeitos históricos, mas não é de maior interesse no que concerne à fixação da *natureza* das questões que são transferidas por força deste efeito.

Registre-se, porém, que a relação entre o efeito devolutivo e o mérito da causa repercutiu, em período ainda recente do direito processual civil brasileiro, sobre o segundo questionamento, acerca da *amplitude da devolução*, relativamente à matéria ser analisada pelo órgão recursal.

Sobre este aspecto, fundamental a análise dos dispositivos contidos nos arts. 820 e 846 do CPC de 1939³⁰ por Luiz Machado Guimarães³¹, referentes ao efeito devolutivo que, para o autor, atinha-se ao *reexame* do mérito da causa pelo órgão julgador do recurso. Amparado nessa premissa da imprescindibilidade de um exame do mérito em primeiro grau de jurisdição, realçava o autor a importância do efeito devolutivo na classificação dos recursos, por entender que, pela devolução do pleno conhecimento da causa ao tribunal de recurso, atendia-se à exigência do duplo grau de jurisdição.

²⁹ O texto do Projeto mantém o recurso de agravo, mas restringe-lhe o cabimento às decisões interlocutórias expressamente previstas na lei, onde se inserem, entre outras, aquelas referentes à tutela de urgência e de evidência; as decisões interlocutórias de mérito; as proferidas na fase de cumprimento de sentença e na execução.

³⁰ Dizia Machado Guimarães: “O novo Código de Processo Civil, porém, quebrando essa tradição, foi muito mais rigoroso e preciso na conceituação do duplo grau de jurisdição, exigindo, como condição de admissibilidade do segundo exame pleno, uma decisão sobre o mérito proferida em primeira instância. Assim é que concede, no art. 846, o recurso de agravo ‘das decisões que impliquem a terminação do processo principal sem lhe resolverem o mérito’ (as chamadas decisões interlocutórias com força de definitivas), tornando, portanto, necessária a volta dos autos ao juiz *a quo*, para a pronúncia sobre o mérito, no caso de ser provido o agravo, em virtude de não caber a este recurso, dado seu caráter estrito, o efeito devolutivo” (*Op. cit.*, p. 218). Veja-se que, por ser de agravo o recurso interponível, à época, contra as sentenças terminativas (então denominadas decisões interlocutórias com força de definitivas), e justamente por não permitir o CPC de 1939 que se examinasse o mérito, pela primeira vez, no juízo recursal, dizia então o jurista que o efeito devolutivo apenas se aplicava ao recurso de apelação: “Ficou o recurso de apelação reservado às *sentenças definitivas* de primeira instância (art. 820), só podendo ser consideradas definitivas, à vista do preceito contido no citado art. 846, as decisões finais que *definirem* o mérito do litígio e, portanto, aptas a produzirem coisa julgada” (*Op. cit.*, p. 219). Essa concepção de efeito devolutivo necessariamente vinculado ao duplo grau de jurisdição (*i.e.*, dupla apreciação do mérito da causa) acabou superada no CPC vigente com a inserção do § 3º ao art. 515, o que não constitui, em absoluto, uma novidade, pois já era prevista nas Ordenações do Reino.

³¹ GUIMARÃES, Luiz Machado. *Op. cit.*, pp. 216-226.

Abstraídas as questões que se referem ao duplo grau de jurisdição³² como atributo do efeito devolutivo, interessa, no particular, a compreensão – ainda atualíssima – de Machado Guimarães do que seria o “*pleno*” conhecimento da causa pelo tribunal recursal.

Sobre o ponto, explicava o autor que a devolutividade da apelação não dependia da alegação de vícios da sentença capazes de torná-la nula; bastava que se alegasse a injustiça da decisão e todas as questões da causa seriam transferidas ao órgão recursal.

Na sequência, elucidava o que deveria se compreender por “efeito devolutivo amplo”, abrangente de todas as questões da causa:

Todos os tratadistas reconhecem que esta é a função da apelação: corrigir a *injustiça* da sentença recorrida. Cumpre, entretanto, bem esclarecer o sentido desta expressão, para que se não suponha que o magistrado investido da apelação fica adstrito à simples apreciação da justiça da sentença recorrida *em face do material de cognição* recolhido na primeira instância. Seria, por exemplo, processualmente justa a sentença que julgasse improcedente a ação por não haverem sido alegados determinados fatos, ou, se diria, por não terem sido provados, – o que não impediria, porém, a sua reforma, desde que tais fatos viessem a ser alegados e provados no juízo de apelação.

³² Para parte da doutrina, o efeito devolutivo pressupõe que o reexame da decisão seja feito por órgão diverso do que a prolatou e, desse modo, nem todo recurso teria efeito devolutivo (cf. MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2005, n. 143, v. 5, p. 260). Renzo Provinciali anota que se trata de distinção tradicional que tem raízes históricas no processo romano germânico, onde o juiz de primeiro grau exercia poderes delegados pelo *princeps*, este que detinha amplos poderes para rever a decisão da causa. A competência para o julgamento era, portanto, do órgão julgador do recurso, e apenas era exercida por órgão de hierarquia em caráter delegado; a revisão da decisão constituía, portanto, na devolução das atribuições ao juízo competente. Cf. PROVINCIALI, Renzo. **Sistema delle impugnazioni civili secondo la nuova legislazione. Parte generale**. Padova: Cedam, 1948, p. 21: “L’effetto devolutivo è tradizionale nei vari mezzi di impugnazione: ma non ne è un inseparabile attributo.”; e pp. 51-52: “I mezzi di impugnazione devolutivo sono principalmente diretti a rilevare errori, in procedendo o in giudicando (...), del primo giudice; il che pone l’esigenza che la cognizione del conflitto sia devoluta ad un giudice diverso e superiore. Per contro, i mezzi di impugnazione non devolutivi sono diretti alla rimozione di un pregiudizio derivante dalla decisione impugnata principalmente sulla base di elementi o nuovi o ignoti al giudice che ha emessa la decisione impugnata: d’onde l’inutilità dell’intervento, di un giudice diverso e superiore, no essendovi da sindacare alcun errore comisso dal giudice che ha pronunciata la decisione impugnata.”

O efeito devolutivo da apelação transfere ao tribunal superior a cognição de toda a demanda. Faculta-se a renovação do *processo* e não apenas a renovação do *juízo*; visa-se corrigir, além dos erros do magistrado *a quo*, os erros e deficiências da conduta processual das partes. Deve, portanto, o tribunal de apelação conhecer e julgar a causa como se fôra, de acôrdo com a conhecida expressão ‘uma segunda primeira instância’.³³

Vê-se, portanto, que a concepção originária de efeito devolutivo é ampla, e dela não se extrai nenhuma limitação apriorística aos termos das razões de apelação. Fala-se em devolução da demanda, pura e simplesmente, para julgamento no órgão recursal.

É evidente que este rejuízo da causa, como se fosse o Tribunal uma “segunda primeira instância” não se aplicava, invariavelmente, a todos os ordenamentos. A incidência do efeito devolutivo em *toda a sua amplitude* era regra vigente, à época do texto de Machado Guimarães, nos sistemas processuais italiano e francês, coincidentes com a previsão do velho direito português.^{34 35} Tal efeito sofria restrições mais ou menos rígidas conforme o ordenamento jurídico. Isso fica muito claro quando o autor delimita, com respaldo em lições da doutrina italiana, as questões que poderiam ser transferidas pela apelação em cada modelo processual:

Como expõe CARNELUTTI em sua imaginosa linguagem, não se trata, na apelação, de reparar o edifício já construído, mas de reconstruí-lo. A reconstrução, entretanto, pode ser efetuada de diversas maneiras: ou se utilizam apenas os materiais que já serviram na primeira construção, ou, então, além desses, podem ser usados novos materiais.

No processo austríaco apelação constitui, sem dúvida, um segundo grau de jurisdição, um novo estágio da relação processual, porque o juiz do recurso não se limita a verificar se houve erro na sentença recorrida, mas faz um segundo exame da causa para inquirir se a

³³ GUIMARÃES, Luiz Machado. *Op. cit.* pp. 220-221.

³⁴ Ordenações Afonsinas, Livro III, Título 75; Ordenações Manuelinas, Livro III, Título 57; Ordenações Filipinas, Livro III, Título 72.

³⁵ *Cf.*, sobre o assunto, SOUZA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Primeiras Linhas sobre o Processo Civil**. Rio de Janeiro: Perseverança, 1879, v. 2, §333; MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1959, tomo 11, p. 155.

decisão recorrida é *justa*. Trata-se, porém, de exame limitado, que se realiza sobre o mesmo material recolhido em primeira instância, dentro dos limites fixados nos *motivos* aduzidos pelo apelante. Não há um conhecimento *ex novo* da causa, não sendo lícito às partes invocar novas exceções, nem fatos e provas que já não tenham sido alegados e deduzidos em primeira instância (ZPO austr. § 482).

Na apelação do tipo francês e italiano, ao contrário, não há quase limites com referência à produção de novos meios de ataque e de defesa (*jus novorum*). Há a plena equiparação entre as atividades do primeiro e as do segundo grau, de forma que, neste último, é facultado às partes fazerem tudo aquilo que poderiam ter feito no primeiro (*beneficium nondum deducta deducendi et nondum probata probandi*).³⁶

Observa-se, portanto, que, à conceituação anteriormente mencionada – a qual designava como devolutivo o efeito de transferir o julgamento da causa para o órgão julgador da apelação, comparado por Carnelutti à reconstrução de um edifício –, somam-se as possíveis limitações à incidência deste efeito, que não modificam o conceito fornecido.

Independentemente da abrangência das questões que poderiam ser conhecidas pelo tribunal, haveria sempre rejuízo da causa em sede de apelação. Na metáfora carneluttiana, fosse utilizado material novo ou apenas aproveitado o já existente, haveria sempre “reconstrução do edifício”.

Veja-se que, embora não se fizesse distinção entre os planos de incidência do efeito devolutivo, está claro que a devolutividade ampla a que se refere Machado Guimarães – então presente nos ordenamentos francês e italiano, bem como no direito reinol português –, dizia respeito: tanto aos limites da matéria que seria objeto de conhecimento pelo Tribunal – *i.e.*, à abrangência da reforma ou invalidação –, como, também, aos fundamentos fáticos e jurídicos que embasariam a decisão do tribunal.

Nesse ponto, é possível traçar um paralelo com a sistematização doutrinária atual, que distingue o efeito devolutivo horizontal (plano referente à extensão do recurso, ou seja, aos limites da reforma e invalidação pretendidos) e vertical (plano referente aos fundamentos utilizados pelo órgão recursal para decidir o recurso).

³⁶ GUIMARÃES, Luiz Machado. *Op. cit.*, p. 221.

Machado Guimarães escreveu logo após a promulgação do Código de Processo Civil de 1939, o qual havia acolhido o sistema austríaco, que delimitava de forma mais restrita a incidência do efeito devolutivo, sob a perspectiva da extensão. Entre nós, tratava-se de uma inovação no plano da legislação federal, porquanto, ressalvadas as particularidades dos Códigos Estaduais, o direito precedente (Ordenações e jurisprudência sobre Regulamento 737/1850) via no recurso de apelação uma nova possibilidade de julgamento – amplo – da causa.

No Código de Processo Civil de 1939, semelhantemente ao que ocorre com o Código vigente, a apelação tinha como função apenas facultar uma nova apreciação dos elementos de cognição acumulados na primeira instância:

Reabre-se a discussão sobre as alegações de fato e respectivas provas, a respeito das quais já se pronunciou o juiz de primeiro grau. Corrige-se o erro do juiz, sem que seja possível, porém, reparar as deficiências da conduta processual das partes. A reconstrução do edifício é efetuada com os mesmos materiais que serviram para a primeira construção, sem a possibilidade, salvo motivo de força maior, da utilização de novos materiais.

É assim que o art. 824 [do CPC de 1939] dispõe que a apelação devolverá à superior instância o conhecimento integral das *questões suscitadas e discutidas* na ação. Note-se bem: a devolução não é o pleno conhecimento da causa, mas das mesmas questões já suscitadas, isto é, não se permitem, no juízo de apelação, novas questões, ainda que pertinentes à causa.³⁷

Instaurava-se, então, no ordenamento pátrio, a adoção de um recurso de apelação atrelado à atuação dos tribunais recursais restrita às questões debatidas em primeiro grau, o que acarretou a modificação dos contornos *legislativos* do efeito devolutivo. Não se permitia mais que os órgãos recursais procedessem a um rejuízo amplo da causa; os tribunais deveriam limitar-se aos contornos da sentença apelada e às questões debatidas na ação.

Deve-se advertir, todavia, que a mudança legislativa não alterou, em absoluto, o conceito de efeito devolutivo: o fenômeno traduzido por este efeito continuou sendo a

³⁷ *Op. cit.*, p. 224-225.

transferência do julgamento de determinada matéria para o órgão recursal. As modificações incidiram sobre o *âmbito de incidência* deste efeito, determinado pela sistemática do Código de Processo Civil então vigente.

Tanto é assim que a regulação contida no Código Processo Civil de 1939, voltada ao recurso de apelação, não seguia os principais ordenamentos continentais da época, para os quais o efeito devolutivo tinha *contornos legislativos* mais amplos.³⁸

Tenha-se presente que, apesar da limitação mais restrita do efeito devolutivo no Código de 1939, em que ficou suprimida a possibilidade de se “prover ao apelante como ao apelado, por ser recurso *comum a ambas as partes*” (*beneficium commune*), considerava Machado Guimarães que o Código havia mantido, na essência, o efeito devolutivo. Assim, o entendimento correto sobre a matéria era o de que o efeito devolutivo autorizava o Tribunal a embasar o julgamento da apelação nas alegações ou exceções do apelado, ainda que diversas do fundamento da sentença ou das razões do recorrente. Nesse caso, não haveria *reformatio in pejus*, mas, tão somente, aplicação do efeito devolutivo. Veja-se o ponto em que Machado Guimarães critica a orientação contrária da jurisprudência:

Firmou-se na jurisprudência o princípio de que a sentença transita em julgado na parte em que é desfavorável ao apelado, e este, não recorrendo, reputa ter aquiescido à decisão no que lhe foi contrária. Esta regra tem tido, porém, aplicação às vezes exagerada e errônea por parte de certos tribunais de apelação. Assim é que já tem sido julgado que a parte vencida na preliminar, mas vencedora no mérito, não pode, no recurso interposto pela parte contrária, insistir na preliminar, porque sobre esta não versa o recurso. Ora, é preciso não esquecer que, tanto para propor ação como para impugnar a sentença, é condição necessária a existência do interesse, o qual, na hipótese de recurso, resulta do fato de ter sido o recorrente *vencido*, isto é, de haver *decaído* da sua pretensão. A parte que não foi prejudicada pela sentença não pode dela recorrer, por falta de

³⁸ Essa discrepância não impediu os aplausos de Machado Guimarães, por diversas razões. A primeira delas, já detectada pelas codificações estaduais anteriores ao Código de 1939, dizia respeito à escassez das vias de comunicação em nosso país e do fato de serem muitas vezes as comarcas muito afastadas da sede do tribunal de recurso, o que dificultava de produção de novas provas em apelação e acarretava um processo dispendioso e demorado. Além disso, a dedução na primeira instância, de todas alegações e exceções possíveis, mediante a respectiva produção da provas, ao mesmo tempo em que observava o princípio da imediação, constituía mecanismo de prevenção à má-fé e à deslealdade processuais (*op. cit.*, p. 225-226).

interesse, o que não a impede, todavia, quando interposta a apelação pelo vencido, de fazer valer novamente todos os motivos alegados em prol do seu direito, inclusive aqueles já rejeitados em primeira instância. Não se trata nesse caso de *reformatio in pejus* mas de simples aplicação da devolução plena.³⁹

Logo, a devolução implicava – como ainda implica – o conhecimento de todas as questões da causa debatidas em primeiro grau, ainda que não decididas ou rejeitadas pelo órgão *a quo*.

Conquanto o texto sob análise, alinhado à concepção da época, se referisse apenas à apelação, a exposição de Luiz Machado Guimarães demonstra que os diferentes *contornos* do efeito devolutivo nos diversos ordenamentos períodos não desnaturam a característica principal que lhe é atribuída, qual seja, a eficácia de transferência de determinada matéria para o julgamento do tribunal.

Mantida esta característica, observa-se que, conforme se conceda maior ou menor importância à atividade dos órgãos recursais, ampliam-se ou restringem-se os limites do efeito devolutivo. A vinculação do tribunal aos limites da pretensão recursal não é um elemento característico do devolutivo; cuida-se, antes, de matéria alusiva à regulação deste efeito em cada ordenamento.

Malgrado não se trate de uma regra absoluta, é bem possível que em determinadas épocas e ordenamentos se consiga estabelecer uma conexão entre a maior abrangência do efeito devolutivo e a centralização política do Estado, mormente em sistemas em que não se verifica uma independência efetiva entre os Poderes Judiciário e Executivo.

Contudo, não se pode estabelecer uma relação necessária entre o autoritarismo estatal e a ausência de restrições ao efeito devolutivo.⁴⁰ A questão envolve diversos outros fatores, com destaque para a necessidade de se equilibrar a situação dos litigantes mediante suprimento de deficiências técnicas da atuação dos respectivos advogados; a relevância jurídica atribuída a certas questões, consideradas de ordem pública; a busca da decisão justa, que depende da análise da integralidade dos fundamentos e questões subjacentes ao

³⁹ *Op. cit.*, pp. 223-224 (negritou-se).

⁴⁰ Não parece possível sequer estabelecer uma relação necessária entre Estados autoritários e incremento dos poderes do juiz. Sobre o tema, *cf.* GRECO, Leonardo. Publicismo e Privatismo no processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 164, out. 2008.

recurso e, ainda, a celeridade processual.

Nessa linha, os arts. 515, §§ 1º e 2º e 516 do vigente Código de Processo Civil Brasileiro estabelecem a possibilidade de o tribunal apreciar: “a) as questões examináveis de ofício, a cujo respeito o órgão *a quo* não se manifestou – *v.g.*, a da nulidade do ato jurídico que se teria originado o suposto direito do autor, e em geral as *quaestiones juris*; b) as questões que, não sendo examináveis de ofício, deixaram de ser apreciadas *a despeito* de haverem sido suscitadas e discutidas pelas partes.”⁴¹ Está claro que a profundidade do efeito devolutivo relaciona-se, ora com a importância das questões de ordem pública, reguladas por normas de natureza cogente, ora com a necessidade de se obter uma decisão justa, mediante análise de todos os fundamentos e questões que concernem à decisão (ou à parte da decisão) impugnada.

Por outro lado, embora o *caput* do art. 515 tenha estabelecido que a apelação devolverá ao tribunal apenas a matéria impugnada (delimitação dos *contornos legislativos* do efeito devolutivo), o § 3º do referido dispositivo autoriza expressamente a ampliação do efeito devolutivo na extensão (plano da horizontalidade), ao determinar que o Tribunal aprecie o mérito da causa ainda não julgado em primeiro grau, sempre que a causa se encontre madura para julgamento e não haja necessidade de dilação probatória. Trata-se de norma que amplia a atividade cognitiva do Tribunal com vistas à simplificação e agilização do *iter procedimental*. Idêntico raciocínio é aplicável ao § 4º do art. 515, que contém disposição que confere ao órgão *ad quem* poderes para sanar os vícios processuais eventualmente existentes, sem que haja necessidade de remessa dos autos ao primeiro grau.

Em todas essas hipóteses, há ampliação do efeito devolutivo, relativamente à argumentação das partes ou ao objeto impugnado.

Enfim, como já sinalizado, o texto de Machado Guimarães fornece uma amostra da impossibilidade de se estabelecer, seja na origem, seja na aplicação do efeito devolutivo aos diversos ordenamentos, uma relação unívoca entre efeito devolutivo e princípio dispositivo.

A regulação dos limites do efeito devolutivo sofre influência tanto do princípio dispositivo como do inquisitivo, em maior ou menor intensidade, a depender das características de cada processo.⁴²

⁴¹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Op. cit.*, n. 244, p. 447.

⁴² Seguindo a mesma orientação, Rodrigo Reis Mazzei escreve que “o efeito devolutivo remete ao reexame, automaticamente, além da matéria recorrida, todas as questões que o Judiciário tem o dever de ofício de

3 Implicações da compreensão do “efeito translativo” como efeito recursal autônomo ou como componente do efeito devolutivo

O cerne da discussão acerca da existência de um efeito autônomo, denominado translativo, consiste em se saber se a possibilidade de cognição *ex officio* das matérias de ordem pública pelos tribunais a) produziria um efeito recursal novo, autônomo e oposto ao efeito devolutivo;⁴³ ou, se, diversamente, b) trata-se de manifestação do efeito devolutivo, na perspectiva vertical (profundidade).⁴⁴

Discorreu-se no tópico precedente acerca da inexistência de relação unívoca e necessária entre a impugnação do recorrente e os contornos do efeito devolutivo. Assentada, pois, a premissa de que o efeito devolutivo é regido não apenas pelo princípio dispositivo, mas também pelo inquisitivo, não se afigura útil ou necessária a classificação que inclui o efeito translativo entre as consequências dos recursos. Padece a referida classificação da “coerência intrínseca do arranjo proposto” cogitada por Araken de Assis.⁴⁵

Com efeito, a compreensão do “efeito translativo” como uma consequência autônoma dos recursos, decorrente da aplicação do princípio inquisitivo na esfera recursal, não leva em conta a profundidade do efeito devolutivo e induz a um entendimento equivocado deste.

Não fossem suficientes essas considerações de natureza teórica, cumpre explicitar a repercussão, no plano prático, da aceitação ou rejeição do efeito translativo como categoria autônoma. É que, conforme se adote um ou outro posicionamento, será diverso o entendimento acerca: 1) da necessidade de iniciativa da parte para fins de transferir a apreciação da matéria ao órgão *ad quem* e, com isso, obter a reforma da decisão impugnada; 2) da justificativa para a não apreciação de tais matérias no âmbito dos recursos excepcionais e 3) da “contaminação” das matérias de ordem pública sobre a parte

examinar, espelhando a prevalência do princípio inquisitório sobre o princípio dispositivo no julgamento do recurso” (**O efeito devolutivo e seus desdobramentos**. Dos Recursos. Vitória: ICE, 2001, v. 1, pp. 135-140). Por isso mesmo, conclui Cheim Jorge, é incorreto “vincular e associar o denominado efeito devolutivo unicamente ao princípio dispositivo. Também aqui tem incidência o princípio inquisitório, só que a sua manifestação ocorre de forma particular, unicamente em relação às questões que podem ser conhecidas de ofício, tais como, por exemplo, as nulidades processuais, às quais compete ao Judiciário conhecer de ofício a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição” (*op. cit.*, p. 253).

⁴³ Assim: NERY JÚNIOR, Nelson. *Op. cit.*, pp. 482-484.

⁴⁴ MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Op. cit.*, n. 244, p. 447 e ss..

⁴⁵ ASSIS, Araken de. *Op. cit.*, p. 218.

da decisão que não foi objeto de impugnação, sem que se possa cogitar do trânsito em julgado dos capítulos dependentes destas matérias.

É o que se passa a analisar na sequência.

3.1 O pedido de reforma é indispensável para a verificação do efeito devolutivo?

A indagação acerca da imprescindibilidade ou prescindibilidade do pedido de reforma é importante, na medida em que parte da doutrina defende que somente haveria efeito devolutivo nas hipóteses em que fosse possível obter nova decisão sobre o mérito recursal. É dizer: o pedido de reforma seria essencial à verificação do efeito devolutivo, de forma que a pretensão à simples anulação não configuraria hipótese de devolução.

Assim é que, no direito italiano, o recurso de cassação foi considerado por Renzo Provinciali um recurso *não devolutivo*, justamente porque a decisão da Corte apenas cassava a decisão recorrida, sem que houvesse nova decisão a respeito, que pudesse substituir a recorrida.⁴⁶ No caso, porém, do recurso de cassação italiano, a ausência de substituição da decisão impugnada por outro provimento decorria de disposição de lei e não da iniciativa do recorrente.

Para Dinamarco, em caso de simples anulação do provimento recorrido, sem a prolação de outro que lhe substitua, opera-se apenas a devolução parcial.⁴⁷ Há, portanto, incidência do efeito devolutivo, ainda que de forma restrita. No entendimento deste professor, até por coerência ao princípio dispositivo, a reforma da decisão depende, necessariamente, de pedido de nova decisão. Havendo, tão somente, pretensão anulatória da decisão recorrida, o tribunal atuaria *extra petita* caso concedesse mais do que foi pedido.

Há que se indagar, contudo, se o pedido de reforma é imprescindível para que o órgão recursal profira nova decisão, em substituição à impugnada.

Por força do princípio dispositivo, afigura-se que sim.

No caso, porém, da apelação contra sentença terminativa (art. 515, § 3º), há quem defenda a desnecessidade de pedido de reforma para julgamento *ex officio* do mérito

⁴⁶ *Op. cit.*, p. 51.

⁴⁷ Chegamos a essa conclusão porque o tema foi abordado justamente no trecho do texto que cuida da devolução parcial. *Cf.* Os efeitos dos recursos. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis**. São Paulo: RT, 2002, pp. 36-37.

pelo órgão *ad quem*, quando a causa já estiver madura para julgamento. Nesse sentido, Cândido Rangel Dinamarco interpreta a norma como uma autorização legal implícita para o julgamento imediato da causa, independentemente de pedido.⁴⁸

Em sentido oposto, Flávio Cheim Jorge argumenta que o § 3º deve ser interpretado em consonância com o disposto no *caput*, que reflete a máxima *tantum devolutum quantum appellatum*. Assim, o pedido do apelante para que o tribunal julgue o mérito da causa seria requisito intransponível para que se aplique a regra que permite o julgamento da causa pelo órgão recursal. Essa seria uma interpretação mais coerente com a sistemática do Código de Processo Civil e do próprio *caput* do artigo. Outros argumentos utilizados para sustentar essa interpretação seriam a impossibilidade de o Tribunal julgar pretensão diversa da deduzida e a ocorrência de *reformatio in pejus*, porque a decisão quanto ao mérito da causa poderia ser desfavorável ao apelante.⁴⁹

Ainda assim, em homenagem ao princípio da efetividade e à duração razoável do processo, a jurisprudência tem-se posicionado, na linha do que propugna Dinamarco,⁵⁰ pela possibilidade de conhecimento de ofício da causa pelo Tribunal, desde que presentes os requisitos do § 3º, fato que, por si só, demonstra que o efeito devolutivo não está adstrito ao princípio dispositivo. Desse modo, ainda que não haja iniciativa da parte mediante pedido expresso de apreciação do mérito, se a causa estiver madura, deverá o Tribunal proceder ao julgamento.

3.2 Questões de ordem pública nos recursos excepcionais: efeito devolutivo ou translativo?

⁴⁸ *Op. cit.*, pp. 38-39.

⁴⁹ JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 268.

⁵⁰ “Sem embargo da deficiência técnica, havendo na apelação pedido pela improcedência total do pleito inicial, é de considerar-se como devolvida ao tribunal toda a matéria discutida nos autos, ainda que não haja pedido específico do apelante.” (STJ, 4ª Turma, REsp 469921/PR, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 06/05/2003, DJ 26/05/2003, p. 366).

“Consoante a pacífica jurisprudência do STJ, extinto o processo sem julgamento de mérito, em face da preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, o Tribunal, ao afastar a nulidade, pode de imediato julgar o feito, ainda que inexista pedido expresso nesse sentido, máxime se a controvérsia disser respeito à questão estritamente de direito.” (STJ, 2ª Turma, AgRg nos EDcl no Ag 1124316/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, julgado em 03/11/2009, DJe 16/12/2009).

“Extinto o processo, sem julgamento de mérito, por ilegitimidade passiva *ad causam*, pode o tribunal, na apelação, afastada a causa de extinção, julgar o mérito da contenda, ainda que não haja pedido expresso nesse sentido, máxime se, como no caso concreto, as razões de apelação estão pautadas na procedência do pedido inicial, porque demonstrado o fato constitutivo do direito e não contraposta causa extintiva desse mesmo direito. Deficiência técnica que não tem força bastante para se opor à *mens legis*, fundada na celeridade, economia e efetividade.” (STJ, 4ª Turma, REsp 836.932/RO, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, julgado em 06/11/2008, DJe 24/11/2008).

Conforme assinalado, a compreensão do julgamento de ofício das questões de ordem pública em sede recursal como decorrência do efeito devolutivo⁵¹ ou como um efeito recursal autônomo, contraposto ao devolutivo, possui diferentes repercussões em sede de recursos excepcionais.

Para os que se filiam à defesa da existência autônoma de um efeito translativo, a proibição ou impossibilidade de conhecimento *ex officio* de matéria de ordem pública nos recursos especial ou extraordinário teria como fundamento a exigência constitucional de prequestionamento para as matérias que são objeto destes recursos.⁵² Este requisito constituiria um óbice à incidência do efeito translativo.

Já quem defende posicionamento contrário – no sentido da desnecessidade do efeito translativo como categoria autônoma – explica que “a solução encontra-se na profundidade do efeito devolutivo dos recursos excepcionais que, distinta dos demais recursos, exclui a incidência do princípio inquisitório em tais circunstâncias”.⁵³

Com efeito, não há como negar que os recursos excepcionais têm o âmbito de devolutividade restrito, o que decorre da caracterização desses meios de impugnação como “recursos de estrito direito”. Dessa forma, a transferência aos Tribunais Superiores atém-se às matérias eminentemente jurídicas, excluída a apreciação das questões fático-probatórias.

A vedação à aplicação do princípio inquisitório decorre do caráter de direito estrito desses recursos, cuja admissibilidade depende da *alegação expressa*, nas razões recusais, de vício que configure uma das hipóteses de cabimento previstas na Constituição (arts. 102, III e 105, III). Inexistente tal alegação, o recurso excepcional não deve sequer ser conhecido pelo Tribunal Superior, ainda que a decisão recorrida padeça de vício decorrente de violação de norma de ordem pública. Isso ocorre porque os recursos excepcionais não têm como objetivo precípuo a tutela da situação subjetiva das partes, o que justificaria a atuação judicial oficiosa com a finalidade de fazer cumprir, nos casos específicos, normas que veiculam matérias de ordem pública.

⁵¹ Nesse sentido, é expresso Bonsignori (*op. cit.*, *passim*).

⁵² NERY JÚNIOR, Nelson. *Op. cit.*, pp. 487-488,

⁵³ *Op. cit.*, p. 256, com remissão ao artigo de FLEURY, José Theophilo. Fundamento Insuficiente – Prejudicialidade do recurso especial em face do recurso extraordinário e vice-versa. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM NETO, José Manoel de Arruda (Org.). **Aspectos polêmicos e atuais do recurso especial e do recurso extraordinário**. São Paulo: RT, 1997, p. 330.

Ressalte-se, por fim, que a vedação da aplicação do princípio inquisitório nos recursos excepcionais incide apenas no momento da *admissibilidade recursal*. Uma vez admitido o recurso especial ou extraordinário, se o Tribunal entender, no momento do julgamento do mérito recursal, pela aplicabilidade de dispositivos legais que veiculem normas de ordem pública, nada obsta que o pedido de reforma ou invalidação seja analisado à luz de tais preceitos. Por força deste raciocínio, o verbete da Súmula 456 do Supremo Tribunal Federal – aplicável, por analogia, aos recursos especiais – permite que, uma vez conhecido o recurso com fundamento em violação a determinado dispositivo, o tribunal julgue a causa, aplicando o direito à espécie. A escolha dos fundamentos jurídicos – sejam ou não de ordem pública – que embasam a decisão é matéria atinente à incidência do efeito devolutivo.

3.3 Da “contaminação” das matérias de ordem pública sobre a parte da decisão que não foi objeto de impugnação

Aspecto interessante a ser considerado diz respeito aos reflexos do julgamento, com base em normas que veiculam matéria de ordem pública, de recursos que impugnam apenas parte da decisão recorrida.

Os doutrinadores que sustentam a existência do efeito translativo como tronco autônomo propõem – na contramão da jurisprudência e doutrina majoritárias – que o reconhecimento de nulidade processual ou da ausência de pressupostos ao julgamento de mérito em sede de recurso de devolutividade parcial acarreta a invalidação de todo o processo.

Dessa forma, a parte *independente* de uma sentença de mérito não impugnada, seria anulada pela prolação de acórdão que reconhecesse, em sede de apelação parcial, a ilegitimidade *ad causam* de uma das partes. E, nesse exemplo, o fenômeno que justificaria a ampliação da transferência da matéria, supostamente restrita pela incidência do art. 515, *caput*, do CPC, seria a translatividade dos recursos.

Em primeiro lugar, deve ser esclarecido que a impossibilidade de, com amparo em matéria de ordem pública, proceder-se à reforma ou invalidação de uma parte autônoma irrecorrida da decisão em sede de recurso parcial, não se explica pela limitação da extensão do recurso *pelo objeto da impugnação da parte*.

Não é o *caput* do art. 515 que acarreta a imutabilidade das partes não recorridas da sentença, cujo conteúdo seja independente do capítulo impugnado. Do contrário, não seria possível a extensão do efeito devolutivo para permitir ao Tribunal que procedesse ao julgamento de mérito da causa pela primeira vez, por força do disposto no § 3º do citado artigo.

As normas que permitem o conhecimento *ex officio* de matérias de ordem pública pelo órgão judicial (especialmente o art. 301, § 4º), poderiam perfeitamente propiciar que se ampliasse a extensão do efeito devolutivo, a despeito da falta de impugnação por uma das partes, não fosse o obstáculo intransponível representado pela coisa julgada.⁵⁴

Nesse sentido, antes de ser um fundamento determinante da impossibilidade de alteração da parte não recorrida da sentença, o *caput* do art. 515 reflete, na dicção de Dinamarco, “de modo muito direto e elegante a teoria dos *capítulos de sentença*, que permite ver nesta tantas decisões quantos forem os preceitos emitidos”.⁵⁵ Sendo os capítulos não impugnados independentes e autônomos da parte impugnada da sentença, incidirá sobre eles a coisa julgada material.⁵⁶

Com efeito, prevalece no ordenamento brasileiro o entendimento de que a coisa julgada relativa aos capítulos independentes da sentença de mérito forma-se de maneira gradual.⁵⁷ Por isso, ressalvadas as hipóteses de capítulos interdependentes, o recurso

⁵⁴ Questão, aliás, reforçada pelo Projeto de Novo CPC - PL 8.046/2010, na versão do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados em julho de 2013 (art. 1.026, § 1º: “Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, desde que relativas ao capítulo impugnado”).

⁵⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. Efeitos dos recursos. In: **A nova era do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 122-123.

⁵⁶ Sob o aspecto subjetivo, Cândido Rangel Dinamarco chega a afirmar que o mesmo capítulo de sentença pode transitar em julgado em relação a uma parte e ser objeto de recurso por seu litisconsorte, no litisconsórcio simples: “Todas as vezes que venha a ser dado provimento ao recurso interposto só por um dos litisconsortes ou por alguns, restando alguns deles sem recorrer”, o pronunciamento do órgão *ad quem* “será diferente do **pronunciamento já trânsito em julgado para a parte que não apelou**”. Isso ocorre justamente em decorrência do princípio do *quantum devolutum quantum appellatum*. (**Litisconsórcio**. 7ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 152-153).

⁵⁷ É esta a posição ostentada na doutrina, por exemplo, por José Carlos Barbosa Moreira (**Comentários ao Código de Processo Civil**. 11ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 355-356; 14ª ed., 2008, pp. 356-357); Cândido Rangel Dinamarco (**Capítulos de sentença**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 115; e 3ª ed.. 2008, item 57, p. 119); José Roberto dos Santos Bedaque (**Direito e processo: influência do direito material sobre o processo**. 2ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 48); Humberto Theodoro Júnior (Ação Rescisória e Julgamentos Fracionados do Mérito da Causa. In: ASSIS, Araken de. *et al* (Coord). **Direito civil e processo: Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim**. São Paulo: RT, 2008, pp. 565-572); e Eduardo Arruda Alvim (**Direito processual civil**. 2ª ed.. São Paulo: RT, 2008, p. 624). O que ocorre é que, “se dentro do prazo um dos capítulos recorríveis vier a ser efetivamente impugnado por recurso, não o sendo o outro, ou outros, é claro que passam em julgado estes e não passa aquele” (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos...**, *cit.*, p. 115).

“afasta a coisa julgada” apenas “envolvendo o capítulo impugnado”, mas “o mesmo não se pode dizer quanto aos capítulos não impugnados”.⁵⁸

4 Síntese das conclusões

O efeito devolutivo, que é o mais característico dos efeitos recursais, pode ser definido como o efeito do recurso consistente em transferir ao órgão *ad quem* o conhecimento da matéria julgada em grau inferior de jurisdição, o que inclui os fundamentos e questões subjacentes à decisão recorrida, ainda que não analisados pelo juízo *a quo*.

A incidência deste efeito é regida pelos princípios dispositivo e inquisitivo. Logo, a vinculação do tribunal aos limites da pretensão recursal não é um elemento característico ou conceitual do efeito devolutivo. Trata-se de matéria alusiva à regulação dos limites da incidência deste efeito em cada ordenamento jurídico positivo.

Conforme se conceda maior ou menor importância à atividade dos órgãos recursais, ampliam-se ou restringem-se os limites do efeito devolutivo.

A modificação legislativa dos contornos do efeito devolutivo, com a ampliação da matéria analisada – inclusive de ofício – pelo órgão *ad quem*, não torna necessária ou útil a classificação que inclui o efeito translativo entre as consequências dos recursos.

Por se tratar de categoria que corresponde, tão somente, a uma nova roupagem de um efeito já conhecido – ou mesmo a uma “antiga roupagem”, se considerarmos a origem deste efeito, quando a apelação era genérica e propiciava o *beneficium commune* –, afigura-se que a contraposição do efeito translativo ao efeito devolutivo possa causar prejuízo à compreensão do fenômeno.

Além de ser equivocada a ideia de oposição entre o efeito que devolve o conhecimento da matéria impugnada pela via recursal e o – mesmo – efeito que transfere

José Carlos Barbosa Moreira anota em publicação recente: “a) ao longo de um mesmo processo, podem suceder-se duas ou mais resoluções de mérito, proferidas por órgãos distintos, em momentos igualmente distintos; b) todas essas decisões transitam em julgado ao se tornarem imutáveis e são aptas a produzir coisa julgada *material*, não restrita ao âmbito do feito em que emitidas” (Sentença Objetivamente Complexa, Trânsito em Julgado e Rescindibilidade. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: RT, 2007, p. 177).

⁵⁸ ARAÚJO, José Henrique Mouta. **Coisa Julgada progressiva e resolução parcial de mérito**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 372.

as matérias de ordem pública pelo órgão *ad quem*, a introdução de uma nova categoria pode vir a obscurecer a compreensão do efeito devolutivo e suas irradiações.

A falta desta compreensão, por sua vez, refletirá na aplicação dos institutos e na interpretação dos princípios processuais no âmbito dos recursos.

Especificamente quanto aos recursos excepcionais, a compreensão de que o efeito devolutivo decorre não apenas do princípio dispositivo, mas também do inquisitivo, reflete diretamente na possibilidade de conhecimento da causa, em sua plenitude, pelos tribunais superiores, desde que admitido o recurso especial ou extraordinário. Este raciocínio foi adotado pelo verbete da Súmula 456 do Supremo Tribunal Federal aplicável a todos os recursos de direito estrito.

Ainda, a concepção de um efeito devolutivo associado apenas ao princípio dispositivo, com a criação de outro efeito - o translativo - relacionado ao princípio inquisitivo, pode gerar certa confusão com a ideia de trânsito em julgado parcial e progressivo dos capítulos de sentença. Ao se defender a existência de um efeito específico, diverso do devolutivo, para justificar a ampliação da cognição dos tribunais quanto às questões de ordem pública, corre-se o risco de se tolerar a reforma ou invalidação de uma parte autônoma irrecorrida da decisão em sede de recurso parcial. Esta questão não se explica, porém, pela limitação da extensão do recurso *pelo objeto da impugnação da parte* ou por sua eventual ampliação em prol do efeito translativo. Não são os efeitos recursais que acarretam a mutabilidade ou imutabilidade das partes não recorridas da sentença, cujo conteúdo seja independente do capítulo impugnado, mas o obstáculo intransponível representado pela coisa julgada.

Diante destas considerações, conclui-se que o panorama histórico-doutrinário sobre o conteúdo do efeito devolutivo, ao lado da repercussão prática de suas características, confirmam a tese de que este efeito decorre tanto do princípio dispositivo como do princípio inquisitivo, sendo inútil a invocação do efeito translativo como consequência autônoma dos recursos.

5 Referências bibliográficas

ALVES, Francisco Glauber Pessoa. Agravo de Instrumento Julgado depois de proferida sentença não tendo sido conhecida a apelação. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 95, jul./set. 1999.

ALVIM, Eduardo Arruda. **Direito processual civil**. 2 ed. São Paulo: RT, 2008.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. **Coisa julgada progressiva e resolução parcial de mérito**. Curitiba: Juruá, 2007.

ASSIS, Araken de. **Manual dos recursos**. 2ª ed.. São Paulo, RT, 2008.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo: Influência do direito material sobre o processo**. 2ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2001.

BONSIGNORI, Angelo. *L'effetto devolutivo dell'appello*. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. Milão: Giuffrè, 1974, v. 38.

COSTA, Moacyr Lobo da. A origem do agravo no direito lusitano. In: AZEVEDO, Luiz Carlos de; COSTA, Moacyr Lobo da (Coord.). **Estudos de história do processo: Recursos**. São Paulo: FIEO, 1996.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A nova era do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Capítulos de sentença**. São Paulo: Malheiros, 2003

_____. **Capítulos de sentença**. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. **Litisconsórcio**. 7ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. Os efeitos dos recursos. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis**. São Paulo: RT, 2002, pp. 22-66.

FLEURY, José Theophilo. Fundamento Insuficiente – Prejudicialidade do recurso especial em face do recurso extraordinário e vice-versa. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; ALVIM NETO, José Manoel de Arruda (Org.). **Aspectos polêmicos e atuais do recurso especial e do recurso extraordinário**. São Paulo: RT, 1997.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

GRECO, Leonardo. Publicismo e privatismo no processo civil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 164, out. 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 3 ed. São Paulo: RT, 2001.

GUIMARÃES, Luiz Machado. Efeito devolutivo da apelação. In: **Estudos de direito processual civil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Jurídica e Universitária LTDA., 1963.

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. Forense: Rio de Janeiro, 2003.

LIMA, Alcides de Mendonça. **Introdução aos recursos cíveis**. 2 ed. São Paulo: RT, 1976.
_____. **Recursos cíveis: Sistema de normas gerais**. Rio de Janeiro – São Paulo: Freitas Bastos, 1963.

MAZZEI, Rodrigo Reis. O efeito devolutivo e seus desdobramentos. **Dos recursos**. Vitória: ICE, 2001, v. 1.

MENDES, Armindo Ribeiro. **Os recursos no Código de Processo Civil revisto**. Lisboa: Lex, 1998.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1959, tomo 11.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1975, tomo 7.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2005, v. 5.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 14ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2008, v. 5.

_____. Sentença objetivamente complexa, Trânsito em julgado e rescindibilidade. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: RT, 2007.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6 ed. São Paulo: RT, 2004.

PICARDI, Nicola (a cura di). *Le fonti del diritto italiano i testi fondamentali commentati con la dottrina e annotati con la giurisprudenza. Codice di Procedura Civile*. Milano: Giuffrè, 2010.

PROVINCIALI, Renzo. *Sistema delle impugnazioni civili secondo la nuova legislazione. Parte generale*. Padova: Cedam, 1948.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Ação Rescisória e Julgamentos Fracionados do Mérito da Causa. In: ASSIS, Araken de. et al (Coord). **Direito Civil e Processo**: Estudos em Homenagem ao Professor Arruda Alvim. São Paulo: RT, 2008.

SILVA, Ovídio Baptista da. **Curso de Processo Civil**. Processo de Conhecimento. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, v. 1.

SOUZA, Joaquim José Caetano Pereira e. **Primeiras Linhas sobre o Processo Civil**. Rio de Janeiro: Perseverança, 1879, v. 2.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Os agravos no CPC brasileiro**. 4ª ed.. São Paulo: RT, 2006.